



Reforma da CLT vai para votação sem emendas

Relator do projeto, Romero Jucá rejeitou todas as sugestões de alteração do texto, que passou ontem pela segunda discussão em Plenário e deve ser votado na terça-feira

O relator da reforma trabalhista, Romero Jucá, rejeitou todas as 178 emendas propostas em Plenário pelos senadores. A maioria das sugestões de mudança foi apresentada por opositoristas, mas parlamentares do PMDB também tentaram alterar pontos do projeto, como o trabalho intermitente e a autorização para que gestantes possam atuar em locais insalubres.

Jucá lembrou que o prazo para emendas acabou e que não haverá mais debates sobre o tema, apenas a votação do texto principal e de destaques das bancadas.

Ontem os senadores fizeram a segunda e última sessão de discussão do projeto

no Plenário. O dia de debates foi marcado por discursos de senadores da oposição, contrários à reforma trabalhista. Eles protestaram contra a rejeição de todas as emendas apresentadas e afirmaram que, ao não promover nenhuma alteração no texto aprovado na Câmara dos Deputados, o Senado abre mão de sua prerrogativa de Casa revisora.

Os parlamentares opositoristas também acusaram o governo do presidente Michel Temer de agir, por meio de sua base, para acelerar a tramitação do projeto e impedir o Senado de fazer mudanças no texto. A votação da reforma trabalhista está marcada para terça-feira. **3**



Marcos Brandão/Senado Federal

Temer passa comando da República ao presidente do Senado, Eunício Oliveira

Na Presidência da República, Eunício Oliveira sanciona lei

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, assumiu a Presidência da República devido a viagens para o exterior do presidente Michel Temer e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Ontem, no exercício do cargo, Eunício sancionou a lei que cancela precatórios e requisições de pequeno

valor federais depositados há mais de dois anos que não tenham sido sacados. O projeto foi aprovado no Senado na quarta-feira. Esses recursos podem gerar receita extra num curto prazo para desbloquear parte do Orçamento na revisão que será divulgada no fim deste mês. **2**

Conselho de Ética mantém arquivado pedido contra Aécio

O recurso contra o arquivamento do pedido de abertura de processo para a cassação do senador Aécio Neves por quebra de decoro parlamentar foi rejeitado pelo Conselho de Ética do Senado. Foram 11 votos contrários ao recurso e 4 a favor. O pre-

sidente do conselho, João Alberto Souza, votou contra o recurso e disse que os indícios não provam nada e que Aécio, "senador de 7 milhões de votos, não pode ser jogado na mídia, na opinião pública". Outros senadores protestaram contra a decisão. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Pedro Chaves e João Alberto Souza durante votação no Conselho de Ética

Projeto da LDO 2018 recebe 2.598 emendas e pode ir a voto na quarta

Os parlamentares apresentaram 2.598 emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2018. São 1.751 emendas à proposta e 847

ao Anexo de Metas e Prioridades. Agora o relator analisará as emendas e o parecer pode ser votado na Comissão Mista de Orçamento na quarta-feira. **3**

Avançam indicação de diplomata e acordo com Suécia



Gerardo Magalhães/Agência Senado

José Antonio Piras passa em sabatina na CRE, coordenada por Jorge Viana

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem acordo entre Brasil e Suécia para pesquisa e compra, pelos dois países, de materiais de defesa. Os senadores ainda sabatinaram e aprovaram José Antonio Piras para embaixador em Trinidad e Tobago. O acordo e a indicação seguem ao Plenário. A comissão também decidiu fazer audiência sobre cortes nas Polícias Federal e Rodoviária Federal. **4**

Para debatedores, serviço público sofre desmonte

Representantes de servidores públicos criticaram ontem, na Comissão Senado do Futuro, iniciativas que, segundo eles, visam "desmontar" o serviço público. Eles citaram o a terceirização e projetos para acabar com a estabilidade do servidor. Para Hélio José, presidente da comissão, o servidor tem sido usado como "bode expiatório" nas várias reformas já feitas na Previdência. **2**



Roque de Sá/Agência Senado

Comissão Senado do Futuro, presidia por Hélio José (C), debate serviço público

Raquel Dodge se reúne com Cássio Cunha Lima **2**

Magistrados defendem mudanças em propostas **3**

Em visita ao Senado, jovens empresários apoiam reformas **2**

Serviço público é alvo de desmonte, dizem servidores

Em audiência pública na Comissão Senado do Futuro, representantes de entidades de servidores criticaram iniciativas como o avanço da terceirização e projetos que terminam com a estabilidade

REPRESENTANTES DE ENTIDADES de servidores públicos apontaram ontem, em audiência pública da Comissão Senado do Futuro (CSF), uma série de iniciativas para promover o “desmonte” do serviço público no país. Como exemplo, citaram a ampliação da terceirização, que poderia extinguir o concurso público, e projetos que buscam acabar com a estabilidade do servidor.

O diretor jurídico do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Ely Maranhão, afirmou que o ataque maior não é contra os servidores, mas contra a sociedade. Para ele, as prerrogativas dos servidores públicos têm objetivos democráticos e são uma barreira para impedir a influência negativa de quem tem interesses escusos.

— A quem interessa poder demitir um servidor com facilidade? O servidor estável tem um mestre apenas: a lei — disse Maranhão.

Para o presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), João Domingos dos Santos, é o servidor público que materializa a ação do Estado.

— Não existe Estado sem servidor, do ponto de vista da eficácia. O Estado, sem servidor, é mera abstração jurídica.

O vice-presidente do Sindicato dos Policiais Civis do



Para Hélio José (C), servidor é o bode expiatório da reforma da Previdência

Distrito Federal (Sinpol-DF), Paulo Roberto Sousa, argumentou que, apesar de o servidor ser sempre associado a um custo para a sociedade, muitas vezes seu trabalho diminui custos. Como exemplo, citou os auditores da Receita, que coíbem a sonegação, os policiais federais, que prendem contrabandistas, e os policiais civis, que atuam contra o furto.

— Cada coisa que o servidor público faz, você pode nem perceber, mas tem um destino importante na redução de custos e na promoção de melhorias para a nossa sociedade.

Áreas essenciais

O coordenador do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF, Oton Neves, lembrou que não se pode valorizar apenas os servidores de áreas que arrecadam. Áreas que geram custo, como a saúde, a educação e programas sociais, por exemplo, são essenciais

para a população e precisam de servidores para funcionar.

A reforma da Previdência também foi debatida. O diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco), Pedro Egídio Oliveira, esclareceu que um terço do “rombo” poderia ser sanado com pagamento das dívidas previdenciárias de grandes bancos e empresas. Para ele, não adianta trabalhar para cobrar dívidas se o governo lança programas de refinanciamento e beneficia devedores.

O presidente da Comissão Senado do Futuro, senador Hélio José (PMDB-DF), disse que o servidor é bode expiatório na questão da Previdência, pois várias reformas já alteraram as regras da aposentadoria no serviço público.

— Forçam-se contas errôneas para mostrar um déficit da Previdência inexistente e tentar, de forma perversa, incluir servidor público na reforma.

Lasier defende proposta contra “politização do STF”

O senador Lasier Martins (PSD-RS) afirmou que a proposta de emenda à Constituição que muda a forma de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal (PEC 44/2012) é uma forma de acabar com o que ele chamou de “politização” da instituição.

Em entrevista à Rádio Senado, Lasier disse que o atual formato, em que o presidente da República escolhe os indi-

cados, leva à tendência de o STF ter ministros com posições políticas favoráveis a quem faz a nomeação.

A PEC, que foi aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), teve como relatora a senadora Ana Amélia (PP-RS), que fez um texto com base em 12 propostas sobre o tema. O texto aprovado incluiu duas mudanças sugeridas pela PEC

35/2015, de Lasier: a escolha de uma lista tríplice de candidatos a ser submetida ao presidente da República e o mandato de dez anos para o cargo de ministro do STF.

— Para que haja uma oxigenação. Nós vivemos num mundo de transformações — disse o senador.

Ouça a entrevista: <http://bit.ly/entrevistaLasier>

Eunício assume a Presidência da República até amanhã e sanciona lei

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, assumiu ontem a Presidência da República, após viagem do presidente Michel Temer para Hamburgo, na Alemanha, para participar da Cúpula do G-20.

No exercício do cargo, Eunício sancionou a lei que cancela precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs) federais depositados há mais de dois anos que não tenham sido sacados. O projeto (PLC 57/2017) foi aprovado no Senado na quarta-feira.

Esses recursos podem gerar ao governo receita extra de R\$ 8,6 bilhões num curto prazo para desbloquear parte do Orçamento na revisão que

será divulgada no fim do mês.

Pela nova lei, pelo menos 20% do total do montante cancelado deverá ser aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino e 5% na proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte.

O presidente do Senado, o segundo na lista de sucessão diante da ausência de um vice-presidente, assume porque o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, viajou para a Argentina.

— Vou assumir com muita responsabilidade este período na Presidência da República — disse Eunício.

Da Assessoria da Presidência do Senado

Jovens empresários apoiam reformas em reunião no Senado

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu na quarta-feira representantes da Associação dos Jovens Empresários de Fortaleza e da Federação das Indústrias de Goiás Jovem. O grupo disse que apoia a reforma

trabalhista. Eunício afirmou que a mudança na CLT será votada na terça-feira e que as reformas da Previdência e política devem ser analisadas na volta do recesso parlamentar.

Da Assessoria da Presidência do Senado



Jefferson Ruy/Agência Senado

O presidente em exercício do Senado, Cássio Cunha Lima, recebeu ontem a visita da procuradora Raquel Dodge, indicada pelo presidente Michel Temer para substituir o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que deixará o cargo em setembro. Raquel Dodge deve ser sabatinada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na quarta-feira. Se for aprovada na CCJ, a indicação segue para análise do Plenário.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Discursos

9h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Relator rejeita emendas à reforma trabalhista

Todas as propostas de alterações no projeto apresentadas em Plenário foram recusadas por Jucá. Assim, apenas o texto principal e destaques serão votados na terça-feira

O RELATOR DA reforma trabalhista, Romero Jucá (PMDB-RR), deu parecer contrário a todas as 178 emendas apresentadas ao texto em Plenário. Na sessão de ontem, os senadores encerraram a discussão da proposta (PLC 38/2017), que deve ser votada na terça-feira.

Jucá assumiu a relatoria das emendas em Plenário no lugar de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que havia sido escolhido pelo presidente Eunício Oliveira, mas estava ausente.

Líder do governo no Senado, Jucá informou que o voto dele foi remetido à Mesa, para que os demais senadores tenham acesso, e lembrou que não haverá mais debates sobre o tema, apenas a votação do texto principal e de destaques de bancadas apresentados:

— É natural que cada um marque sua posição num tema tão importante. Que prevaleça a vontade da maioria — disse Jucá.

Contrário à reforma, Paulo Paim (PT-RS) protestou e disse que, se tivesse sido indicado relator das emendas de Plenário, seria favorável a todas elas. Paim foi o autor do relatório que saiu vencedor na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), recomendando a rejeição total do projeto.

O prazo para emendas acabou. A maioria das sugestões de mudanças levadas ao Plenário foi apresentada por opositoristas, mas até senadores do PMDB, partido do governo, indicaram alterações à proposta, como Kátia Abreu

(TO) e Eduardo Braga (AM). Ambos já tinham criticado o projeto nas comissões.

Kátia tentou suprimir da proposição a autorização para que gestantes e lactantes possam trabalhar em local insalubre. Ela também pretendia excluir do texto a parte relativa ao trabalho intermitente, segundo o qual o trabalhador pode prestar serviços em dias alternados ou apenas por algumas horas na semana. Ela entregou 17 emendas no total.

Reguffe (sem partido-DF) apresentou emenda para impedir a “prevalência do negociado sobre o legislado” para trabalhadores que ganham até três salários mínimos.



Eunício (2º à esq., entre Cássio, João Alberto e Jucá) preside sessão do Plenário para debater a reforma trabalhista

Segundo dia de debates em Plenário é marcado por discursos da oposição

A oposição dominou o segundo dia de discussão do projeto de reforma trabalhista no Plenário do Senado. Os dois primeiros oradores, Jorge Viana (PT-AC) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP), protestaram diante da perspectiva de o Senado abrir mão de sua prerrogativa como Casa revisora e não promover nenhuma alteração no texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Viana criticou o governo do presidente Michel Temer por agir, por meio de sua base, para impedir o Senado de acrescentar emendas ao projeto e acelerar a aprovação da reforma trabalhista. O senador chegou a admitir seu apoio a uma “real”

modernização da legislação trabalhista, para alinhá-la às mudanças operadas pela revolução tecnológica no mundo do trabalho. Mas sustentou que esse não é o caso da reforma proposta por Temer, “que empurra o Brasil para trás ao tirar direitos dos trabalhadores”.

Assim como Viana, Randolfe considerou ainda “mais inadequada” a aprovação de uma reforma trabalhista em meio a um contexto de instabilidade política. E clamou ao Senado que exerça seu papel revisor e não deixe passar “uma das medidas mais drásticas contra os trabalhadores”: a possibilidade de mulheres grávidas e lactantes trabalharem em locais insalubres.

— Nem no início do mais brutal capitalismo tinha uma condição de servidão como essa — bradou Randolfe.

Casa revisora

O coro pela atuação revisora do Senado na votação da reforma trabalhista foi reforçado por Paulo Rocha (PT-PA) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Ambos defenderam a rejeição do PLC 38/2017. Para Rocha, a reforma vai legalizar o “bico”, precarizar a qualidade dos empregos e enfraquecer os sindicatos. Já Valadares tachou de “falácia” o argumento governista de geração de milhões de empregos. Ele sustentou que a reforma vai, na verdade, “subtrair direitos

duramente conquistados pela classe trabalhadora”.

Um dos líderes na cruzada da oposição contra a reforma trabalhista, Paulo Paim afirmou que a votação deveria seguir o rito defendido por Ulysses Guimarães: sem acordo, que se vote artigo por artigo. A exemplo dos opositoristas que o antecederam no debate de ontem, Paim considerou muito grave o fato de o Senado abdicar de sua atuação como Casa revisora do Congresso Nacional no exame da reforma trabalhista:

— Estão proibindo os senadores de fazer um destaque. Não pode, é irracional, é o abuso do abuso do abuso do Poder Executivo, que acha que manda nos senadores.

LDO 2018 recebe 2.598 emendas e relatório pode ser votado na quarta

Acabou na noite de quarta-feira o prazo para deputados e senadores apresentarem emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2018. Os números preliminares, divulgados pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), apontam que foram apresentadas 1.751 emendas ao texto da proposta e 847 ao Anexo de Metas e Prioridades.

O anexo é uma exigência da Constituição, que determina à LDO fixar as metas e prioridades da administração pública federal para o ano seguinte.

Das 847 emendas para o anexo, 777 trataram da inclusão de novas metas, além das já elencadas no projeto enviado pelo governo — que incluem áreas como saúde, educação, agricultura, recursos hídricos e ciência e tecnologia. Outras 70 ampliaram

as metas previstas no texto.

Pelos dados preliminares, 239 deputados e 58 senadores apresentaram emendas ao projeto da LDO. Das 27 bancadas, apenas Sergipe não propôs sugestões, por falta de acordo entre os parlamentares do estado. Em relação às comissões da Câmara e do Senado, 42 apresentaram sugestões ao projeto da LDO.

Análise

O relator do projeto, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), deverá agora se debulhar sobre as emendas. Pelas regras da CMO, o relatório final só pode ser votado três dias úteis após a divulgação do texto. Se Pestana entregar o texto até domingo, a comissão terá condições de votar o parecer final na quarta-feira. Depois o texto será votado no Plenário do Congresso.

Da Agência Câmara

Magistrados pedem a Eunício alterações em propostas

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, reuniu-se, na noite de quarta-feira, com o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Jayme de Oliveira, e diretores da instituição. Eles defenderam mudanças na proposta de emenda à Constituição que altera o processo de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal (PEC 44/2012) e no projeto que criminaliza a violação de prerrogativas de advogados (PLS 141/2015).

A PEC foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e vai ao Plenário. Entre as alterações, a proposta fixa mandato de dez anos para ministros do STF e proíbe a recondução ao cargo, mas mantém o processo de nomeação pelo presidente da República a partir de lista tríplice. A AMB concorda com a fixação de prazo para o mandato, mas pretende apresentar sugestões para que seja criada

uma regra de transição quando o ministro cumprir os dez anos no STF. Para a entidade, há muitas questões a analisar com a fixação de mandato.

— Por exemplo, hoje [o cargo] é vitalício, ele sai quando se aposenta. Quando você passar para dez anos, quem entrar lá com 35 vai sair com 45 e depois? Vai sair com aposentadoria? Vai sair sem? Vai voltar para a origem? Então, há questões em que a gente precisa pensar — disse Oliveira.

A AMB também quer aprofundar o debate sobre a composição do Supremo para que seja adotada regra que garanta número mínimo de juízes de carreira entre os ministros, pelo menos metade do colegiado. Os magistrados advertem que hoje o STF tem apenas 2 juízes de carreira entre os 11 ministros que o compõem e defendem um mecanismo semelhante ao do quinto constitucional, que reserva um quinto dos assentos

dos tribunais a advogados e um quinto a promotores.

A AMB critica o PLS 141/2015, em análise na CCJ, que tipifica penalmente as violações de prerrogativas dos advogados previstas no Estatuto da Advocacia e no da OAB.

Estatuto da Advocacia

Segundo Oliveira, a medida pode gerar “desconforto” dentro do ambiente forense, em delegacias e cartórios, além de configurar um privilégio.

— Vai ser a única profissão do país, e acho que do mundo, em que é crime o descumprimento dos direitos que uma profissão tem — disse.

Entre os direitos previstos no estatuto, está a proibição de o advogado ser preso antes de sentença transitada em julgado. Hoje o não cumprimento das prerrogativas do advogado é considerado infração administrativa.

Da Assessoria da Presidência do Senado

Conselho mantém arquivado pedido de cassação

Aécio Neves obteve vitória no Conselho de Ética, que rejeitou ontem, por 11 votos a 4, recurso contra arquivamento do pedido de abertura de processo para investigar senador

O CONSELHO DE Ética do Senado rejeitou ontem um recurso contra o arquivamento do pedido de abertura de processo para a cassação do mandato do senador Aécio Neves (PSDB-MG) por quebra de decoro. Foram 11 votos contrários ao recurso e 4 a favor.

Embora só precisasse se posicionar em caso de empate, o presidente do conselho, João Alberto Souza (PMDB-MA), que há um mês havia rejeitado preliminarmente a petição contra Aécio, fez questão de registrar seu voto contrário.

O recurso, apresentado por Randolfe Rodrigues (Rede-AP), foi subscrito por cinco titulares do conselho, entre eles o vice-presidente, Pedro Chaves (PSC-MT). Na votação, porém, o vice mudou de posição, votando pela manutenção do arquivamento.

Randolfe, na apelação, contestou os argumentos de João Alberto de que a representação contra Aécio se baseou em “meras informações jornalísticas” e, por isso, deveria ser rejeitada. Randolfe reconheceu que as provas das delações dos executivos do grupo JBS, que envolveriam Aécio em irregularidades, estavam naquele momento protegidas por sigilo no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele argumentou, porém, que os fatos e as provas poderiam ter sido colhidos no tribunal, por meio de pedido do conselho para que fossem compartilhados.

Randolfe também sustentou que, pelo Código de Ética, não é preciso que as provas estejam previamente formadas. A seu ver, a exigência não passou de “inovação” com o único objetivo de “abortar” qualquer



Senadores na votação do recurso que tentava derrubar decisão de João Alberto, que arquivou abertura de processo

investigação que venha a ser pedida ao conselho.

Para o senador, a decisão “sepultou o instituto da ética e do decoro parlamentar no Senado”. Ele afirmou que a posição é contraditória em relação a decisões anteriores e lembrou o caso do ex-senador Delcídio do Amaral, que foi cassado pelo Senado.

— Se não havia razão para processar o senador Aécio, por que nós processamos e cassamos o mandato do senador Delcídio, já que os fatos aqui elencados são mais graves? O que o conselho decidiu não foi declarar culpado ou inocente. O conselho decidiu não julgar, o que é mais grave.

Defesa

Para João Alberto, os indícios não comprovam nada e Aécio não pode ser “jogado na mídia” sem provas.

— Um senador de 7 milhões de votos não pode ser jogado

na mídia, na opinião pública, e nós continuarmos abrindo processo para que ele fique sangrando o tempo todo. Temos que respeitar a figura de um bom senador, que é o Aécio Neves.

Os senadores que defenderam o arquivamento disseram que é preciso preservar garantias constitucionais e que não há razão para instaurar um processo por “fatos sem provas”.

Pedro Chaves salientou que a decisão do Supremo de devolver a Aécio o pleno exercício da função parlamentar assinala que não deve haver cassação sem condenação.

Telmário Mota (PTB-RR) afirmou que a transferência de dinheiro a Aécio, acertada com Joesley Batista, foi um pedido de empréstimo feito “a alguém que ele pensava ser um amigo”.

Romero Jucá (PMDB-RR) apelou para que os membros do conselho agissem com “responsabilidade e sereni-

dade”, sem se deixar levar pela pressão da “turba” que pede “linchamento”. Jucá disse que o arquivamento se justifica por uma razão simples: a denúncia acabou de ser levada ao Supremo e, por enquanto, só há uma versão para os fatos.

O senador ressaltou que a decisão do conselho não impede a investigação do STF e que o Senado não pode ser pautado por apenas um lado da história.

— Não é uma versão, não é um lado da história que vai pautar o Senado para afastar um senador enquanto o julgamento não for feito com todo o direito de defesa — disse Jucá.

“Transação criminosa”

João Capiberibe (PSB-AP), ao contrário, disse que gravações mostram claramente um interposto combinando “transação criminosa” em nome de Aécio.

— Se não dermos sequência a esse processo, vamos desgastar profundamente o Senado. Está

em jogo a imagem do Congresso e do Conselho de Ética.

Lasier Martins (PSD-RS) lamentou a decisão. Para ele, pesam sobre o colega acusações por fatos não esclarecidos, o que justificaria a investigação. O arquivamento reforçará as críticas que “enxovalham” o Conselho de Ética, avaliou.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), um dos que assinaram o recurso, observou que medidas cautelares para restringir a atuação de parlamentares são próprias de “regimes autoritários”. Ele ressaltou, no entanto, que o conselho tem um dever institucional a cumprir, “não para julgar o amigo o inimigo, mas sim para cumprir as regras regimentais, os preceitos do Código de Ética e os direitos e deveres constitucionais”.

Suposta ameaça

Valadares disse que soube de “ameaças veladas” de que senadores que apoiassem o pedido contra Aécio poderiam ver seus nomes numa “enxurrada” de novas representações ao conselho, o que seria uma tentativa de intimidação inaceitável.

Questionado sobre a denúncia, Jucá afirmou que Valadares deveria dar nomes:

— Eu acho que o senador Valadares tem que ter a coragem de não deixar uma acusação dessas no ar. Deve dar o nome de quem acusou. Ai, sim, isso é algo que tem que ser analisado pelo Conselho de Ética, porque, se houve alguma ameaça ao senador Valadares, ele tem que ter a seriedade, a hombridade de dizer quem ameaçou. E nós vamos tomar providência se a ameaça ficar comprovada. — afirmou o líder do governo.

Comissão aprova embaixador em Trinidad e acordo com Suécia

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem acordo assinado pelo Brasil e pela Suécia, em 2014, de cooperação na área de defesa (PDS 112/2017). O texto vai ao Plenário com urgência.

O relator foi José Agripino (DEM-RN), que lembrou que as duas nações já consolidaram fortes laços na área desde 2014, após o governo brasileiro

adquirir 36 caças Gripen da empresa sueca Saab.

Um dos objetivos do acordo é priorizar as áreas de pesquisa, apoio logístico e aquisição mútua de produtos e serviços.

Diplomata

Também foi aprovada a indicação do diplomata José Antonio Piras para embaixada em Trinidad e Tobago.

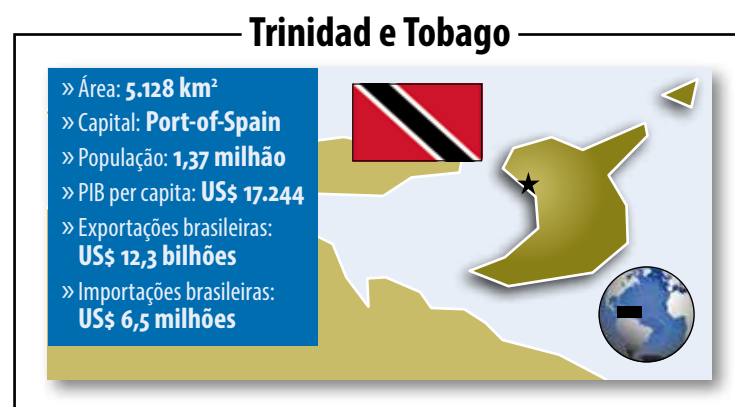
Na sabatina, Piras disse que as riquezas naturais do país, como petróleo e gás, são as principais responsáveis por uma renda per capita de US\$ 18,1 mil em 2015, a terceira maior das Américas, atrás apenas dos EUA e do Canadá.

— A população de Trinidad e Tobago possui hoje uma capacidade de consumo superior à de qualquer nação da América Latina — disse Piras, para quem isso permitiria um incremento de exportações para a nação caribenha.

A indicação de Piras será agora analisada em Plenário.

Crise nas polícias

Por iniciativa de Ana Amélia (PP-RS) e Jorge Viana (PT-AC), a CRE aprovou também a realização de audiência com os ministros do gabinete-chefe



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

de Segurança Institucional, general Sergio Etchegoyen, e do Planejamento, Dyogo Oliveira.

Os senadores estão preocupados com a crise orçamentária que atinge a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF). As duas instituições estão com serviços prioritários sendo interrompidos ou limitados. Viana comentou as

medidas anunciadas pela PRF para adequar-se aos cortes, como limite para compra de combustível.

No caso da PF, preocupa os senadores a suspensão do serviço de emissão de passaportes. Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Ana Amélia e Viana lembraram as consequências da precarização da PRF e PF no combate à criminalidade nas fronteiras.



CRE também aprovou, sob liderança de Viana (D), audiência sobre cortes na PF